

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

**A EXTERIORIZAÇÃO DO IMPERIALISMO FRANCÊS NOS ESTADOS DO G5
SAHEL**

SOFONIAS LOPES JÓ

E-mail: Sofoniaslopesjo2018@gmail.com

RESUMO

Assim como muitos países africanos tiveram experiências dolorosas com os regimes coloniais hediondos, a região do Sahel foi uma das zonas predominantemente ocupada e explorada pelos colonialistas franceses por muitos anos como se não bastasse, na contemporaneidade enxergamos diversas características metamorfoses do pensamento colonial exteriorizado dentro das estruturas políticas dos países do G5 Sahel. Neste artigo, preocupamos em identificar as diferentes formas que o imperialismo francês manifesta em diversos setores dentro da conjuntura política de uma parcela dos Estados que compõem o cinturão divisor do continente (Grupo dos 5 “G5 Sahel”). Para a efetividade deste trabalho, compreende-se que é de extrema importância empreender uma abordagem limiar da conjuntura geopolítica e dos conflitos da região, pois exige um olhar crítico das situações antecedentes para compreender o desdobramento do cenário da política doméstica destes países (Mali, Níger, Burkina Faso, Mauritânia e Chade). A arquitetura deste trabalho consiste na metodologia qualitativa sob abordagem hipotético-dedutivo, utilizando da técnica bibliográfica para a coleta de dados, na qual foram analisados majoritariamente os dados secundários que debruçam de forma interdisciplinar sobre a temática do colonialismo, o neocolonialismo, a moeda Franco CFA como recurso neocolonial, e por último e, por último o neointervencionismo como parte constituinte dos instrumentos neocoloniais, que representam na totalidade o imperialismo francês dentro do G5 Sahel. Com a hipótese de que, o projeto colonial tem mudado de formato em diferentes tempos e espaços, se nos anos após as independências manifestava de forma exígua no espaço físico, na contemporaneidade manifesta sutilmente em formato ideológico, político, econômico e militar sob perspectiva multilateral através dos organismos internacionais. A relação da França com certas elites das ex-colônias, e em específico os países do G5 Sahel têm sido permeados pelas características martirizadoras. Desde as independências destes países, a radicalidade e a revolução não foram pontos cruciais, no sentido do engajamento amplo, para se livrar das estratégias do colonizador, de modo que este e as suas ideologias continuam criando um transtorno entre a classe/elite política, a sociedade e a classe castrense, desencadeando conflitos que poderiam ser apaziguados civicamente. As intervenções das forças francesas desencadeadas nas últimas três décadas não foram exclusivamente ajudas humanitárias como foi veiculado, pelo contrário revelam o desejo obscuro das segundas intenções.

Palavras-chaves: G5 Sahel; França; Imperialismo; Colonização; Independências

1- INTRODUÇÃO

A partir das concepções visceralmente pejorativas, os Estados da região do Sahel têm sido rotulados de complexamente conflituosos pelas situações vivenciadas na contemporaneidade pelos seus sistemas políticos e administrativos dentro do campo das relações internacionais e da sociologia. As abordagens deste tipo não contrapõem as observações das análises tradicionais perpetuadas pelas agendas de pesquisas provenientes das agências ocidentais, ao contrário disto, reforçam inescrupulosamente as concepções de inferioridade governamental dos líderes africanos desta região frente as rápidas transformações sociais, econômicas e políticas inseridas no plano global nas últimas décadas (Gonçalves, 2018). A partir da perspectiva crítica, a organização e elaboração deste trabalho envolve contextualizar situações de dominação colonial, participação dos atores extrarregionais, a fragilidade das instituições políticas, econômicas e sociais. Para este efeito, a história não pode ser deixada de lado, pois ela é de grande relevância para compreender a genealogia dos problemas do cinturão do Sahel em geral, e em específico os países que compõem o G5.

Gonçalves (2018, p.3) descreve que,

“a historiografia acaba sendo um bom ponto de partida neste aspecto, pois permite que o pesquisador em si enxergue um quadro mais amplo. Em relação ao continente, a dispersão das populações africanas ao redor do globo, via tráfico de escravos e questões migratórias, a conjuntura internacional da luta colonial contra o imperialismo e a historiografia pré-colonial da formação das unidades territoriais são algumas agendas de pesquisa que permitem a elaboração de uma análise mais concisa sobre as questões estruturais que afetam o território supracitado” (GONÇALVES, 2018, p.3).

Todas estas categorias das problemáticas são fundamentais para o desdobramento das análises para a compreensão através da longa duração. No livro intitulado “África Negra: História e Civilizações” no capítulo III, Elikia Mbokolo (2009), aborda sobre as sociedades e civilizações africanas antes da era pré-colonial, ressaltando a existência muito antes da chegada dos colonos, os sistemas políticos, econômicos e culturais na África, mas especificamente nas regiões Centro Oeste-africano e Centro Leste-africano, como territórios fundamentais para o florescimento das formas de organizações políticas e sociais do continente. Além do mais, Mbokolo examina nesta obra várias perspectivas sobre a história da África, buscando desmistificar estereótipos e apresentar uma narrativa mais ampla e precisa sobre o continente africano. Ele destaca a riqueza e a complexidade das sociedades africanas antes da colonização europeia, desafiando as visões eurocêntricas da história africana e enfatizando a importância de compreender a diversidade e a profundidade das civilizações africanas. De forma sucinta, os

países das regiões mencionadas acima, alguns fazem parte do cinturão do Sahel nomeadamente, Mali, Mauritânia, Níger, Burkina-Faso, Chade, Sudão, Sudão sul, Camarões (Norte do País), Etiópia, Senegal, Eritreia e Norte da Nigéria.

Em todos os países do mundo existem complexidades dentro das estruturas políticas, econômicas, sociais e ambientais, pois constituem uma categoria homogênea dos problemas que assolam o planeta, mas a região do Sahel aparenta ser um dos territórios mais rotulados como violento e terrorista sob as premissas da análise exógena, minimizando a importância do fator colonial e neocolonial como empecilho persistente em toda esfera social, política e econômica deste território. Este trabalho limita-se a enfatizar sobre um escopo fundamental, identificar como o imperialismo francês tem manifestado nos países do G5 Sahel antes e depois das independências em diferentes esferas.

A região do Sahel é um território muito diversificado em termos culturais e étnicos no continente africano, considerado de faixa divisor do continente em duas partes, na qual o norte é majoritariamente povoado pela população muçulmana/árabe, e o sul denominada de África subsaariana com a população diversificada em termos religiosos. Os países que compõem o cinturão foram majoritariamente colônias francesas por vários séculos e que ainda apresentam resquícios da instabilidade e estagnação política, social e econômica. O G5 Sahel, é constituída por cinco países, nomeadamente Mauritânia, Burkina-Faso, Chade, Mali e Níger, todos são ex-colônias francesas.

Os países que formam o G5 Sahel compartilham muito mais do que o território ou a faixa divisor, todos os eles foram independentes da colonização nos anos 1960, quando os movimentos nacionalistas africanos começaram a pressão sobre os regimes coloniais para a emancipação do continente. Todavia, nem todos estes países tiveram que lutar para a sua emancipação política, como é o caso do Níger, que optou por estabelecer as relações diplomáticas com a França para se libertar do jugo colonial. E muito mais do que isso, são Estados que tiveram e têm ainda um marco profundo de instabilidade e crise política, desde as suas independências. As consequências deste cenário político da região do Sahel, não descartam o período de 1884/85, na qual o continente africano foi partilhado na conferência de Berlim pelas potências ocidentais, com intuito de ocupar e explorar os recursos naturais disponíveis para o abastecimento do mercado europeu. Esta partilha da África foi um sacrilégio para as comunidades africanas que viviam sob diferentes territórios sem estabelecimentos de fronteiras administrativas semelhantes ao modelo ocidental para impedir a livre circulação de pessoas. Ademais, a partilha extrapolou os limites de convívio de comunidades e povos que habitavam o território, obrigando-os a procurar outras zonas para se adaptar e viver. Domingos (2017),

aponta que o colonizador sempre procurou destruir o conceito ou significado de (estar e ser) Africano no mundo, atribuindo assim a identidade do “negro e escravo” privado da sua liberdade, desumanizado, despersonalizado e tornado numa máquina produtiva, força de produção de riquezas e animal de reprodução. O colonialismo tirou e excluiu o africano de sua sociedade e lhe instrumentaliza, atribuiu uma personalidade nova e chamou de escravo, juridicamente destituído de laços parentesco e tornado em ser sem parente, uma condição imposta pela força e violência. Esta situação criou, entre outras manifestações de resistência a opressão, os movimentos panafricanista e negritude que eram, de uma maneira geral, a recusa de “tratado dos escravos”, da escravidão e as suas consequências sobre estatutos jurídica dos Negros, sobre a imagem da África no mundo e sobre o seu destino que as grandes potências da época reservavam aos Africanos (Domingos, 2017).

“A noção de território, e por consequência o estabelecimento das fronteiras, seguindo a tradição da geografia política e da geopolítica, acaba necessitando de modelos alternativos, quando aplicada ao espaço africano” (Gonçalves, 2018, p. 4). Sob esta afirmação, compreende-se que a concepção fronteiriça utilizada na partilha da África não se alinha a demanda do território africano, pois são proporcionalmente dispare. “Após os processos de independência as nações africanas encontraram-se sob um vácuo de poder, ao mesmo tempo que a heterogeneidade social dos países apontou diversos personagens na disputa pelo comando” (Santos et al., 2018, p. 1). Para Gonçalves (2018), não existe dúvidas de que, as fragilidades políticas e econômicas que os Estados Africanos enfrentam partem da consequência da hemorragia demográfica e a exploração predatória que esta foi submetida à quando do seu processo de formação como Estado e consequentemente para a sua inserção dentro do cenário internacional. A partir do período da emancipação política dos Estados constituintes do G5 Sahel, ou seja, após as suas independências todos tiveram um histórico impressionantemente negativo, visto que todos os presidentes que assumiram a presidência foram depostos pelos militares, seja de forma violenta ou não. Estes acontecimentos de golpes foram repetitivos nestes países. O neocolonialismo como último estágio do imperialismo (Nkrumah, 1967) trouxe questões adversas e muitos desafios no que tange à organização política, econômica e social para os países do G5 Sahel. A África de modo geral foi explorada de forma predatória pelas ex-metrópoles, viu sua economia a ser integrada prematuramente dentro do mercado global, dando-lhe desvantagens em relação a outros continentes. Posteriormente, foram alteradas as práticas educacionais para estarem alinhadas com as diretrizes e padrões do colonizador, que mais tarde pós-independência responde pela ex-metrópole através da assimilação adquirida com o ensino. Nos estágios finais do colonialismo, as colônias francesas foram submetidas ao processo da

integração monetária, a partir do Franco CFA, ex-moeda francesa, que possibilita ainda um controle das finanças e economias destes países (Taylor, 2019). Na contemporaneidade, assistimos as novas formas do exercício neocolonial classificada como neointervencionismo, em que as interferências políticas e intervenções militares da França nos países africanos, e em específico G5 Sahel, representa a pura concepção do domínio exterior do império e o seu protetorado.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a exteriorização do imperialismo francês nos Estados do G5 Sahel a partir de dois marcos temporais, no período colonial e pós-colonial. Cujos objetivos específicos são, analisar as estratégias políticas neocoloniais disfarçadas e intervenções militares de ajuda humanitária, e compreender a dependência econômico-financeira destes Estados a partir do FCFA. Com a hipótese de que, o projeto colonial e imperialista francesa tem mudado de formato em diferentes tempos e espaços, se nos anos após as independências manifestava de forma unilateral e exígua no espaço físico, na contemporaneidade manifesta sutilmente em formato ideológico, militar e político sob perspectiva multilateral legitimada pelo direito internacional. No entanto, a realização deste trabalho se encontra dentro da perspectiva Laudanina (1977) que determina que, as atividades da ciência consistem na transformação/resolução de problemas anômalos e não resolvidos para alcançar resultados satisfatórios que contam a favor de uma teoria. Diferente de outros filósofos da ciência como Thomas Kunn, Imre Lakatos, Laudan adota como referencial da análise a tradição de pesquisa, entendido como emaranhado de pressuposições gerais (Bocato & Kouranis, 2013). Tanto o Larry Laudan, quanto para o Lakatos, a história constitui a parte importante para a construção da ciência, porém a perspectiva Laudaniana considera importante não linearidade dos eventos, visto que não constitui anormal a falta de explicações quanto a resolução dos problemas, tendo em vista que podem surgir novas respostas/explicações de um dado fenômeno com o passar dos tempos. Apresenta essencialmente duas características importantes, uma metodológica e outra ontológica (Bocato & Kouranis, 2013). Além do mais, para Laudan (1977) a resolução de um problema não determina a falsidade ou veracidade de uma teoria, ou seja, não considera viável a sobreposição de uma teoria em prol da outra, porque há uma multiplicidade/gama de critérios e métodos científicos (Medeiros et al, 2020). No entanto, ele adota uma tradição de pesquisa resultante no progresso científico através da solução dos problemas teórico-conceituais e empíricos sob uma abordagem horizontal e pragmática. O neointervencionismo ainda se encontra dentro da lógica dos problemas não resolvidos, pois ainda carecem de uma explicação rígida e profunda que comprove o fato abordado sobre a sua característica. A arquitetura deste trabalho consiste na metodologia qualitativa sob abordagem

hipotético-dedutivo, utilizando da técnica bibliográfica para a coleta de dados, na qual foram analisados majoritariamente os dados secundários que debruçam de forma interdisciplinar sobre a temática do colonialismo, o neocolonialismo, a moeda Franco CFA como recurso neocolonial, e por último e, por último o neointervencionismo como parte constituinte dos instrumentos neocoloniais, que representam na totalidade o imperialismo francês dentro do G5 Sahel.

2. COLONIALISMO E O NEOCOLONIALISMO FRANCÊS NA ÁFRICA (G5 SAHEL)

Existe uma simplificação excessiva na fundamentação correspondente ao encerramento do projeto colonial no continente africano, porém muitos acontecimentos indicam que esta premissa está muito longe de ser verdadeira. Antes de adentrar nesta análise, importa abordar sobre eventos que antecederam o domínio colonial. Para Stuchtey (2011) de forma direta ou indireta, os países europeus participaram da divisão colonial do mundo, principalmente com assinatura do tratado de Tordesilhas em 1494, que dispõe sem nenhuma relutância o pensamento do poder global no qual as possessões das colônias consistem como direito político, econômico e cultural, ou seja, constitui obrigação dos mais fortes monopolizarem e civilizar os mais fracos. Somente com a independência da Índia em 1947, o declínio da expansão se tornou um problema para os países europeus. Lacoste (2006) fundamenta que, a colonização consiste num fenômeno geopolítico extraordinário, porque esteve presente em todos os continentes com a exceção da Antártida. Dentro mesmo da Europa existiam territórios que eram colônias dos próprios países europeus, caso da Irlanda e Grã-Bretanha, Rússia e a Sibéria, os povos Balcãs e o império Otomano, e entre outros. A dominação de um povo pelo outro povo, era um fato recorrente em muitas épocas. Deste modo, Nwanosike e Onyije (2011) apontam que, a colonização do continente africano por parte das potências europeias consiste nas respostas às necessidades econômicas que a Europa capitalista industrial almejava.

“European nations desire colonies in order to have access to the raw materials of the colonies, to have markets, for sale of manufactured goods of the home country and field for the investment of surplus capital. With twist of fate, colonialism has assisted in the distortion of African economies to fit in with the demands of the world market, the demand which are not always compatible with the demands put own development and thus depriving our economies of the capacity for a self-sustaining growth which is a pre-condition to development” (Nwanosike e Onyije, 2011, p. 41).

Nota-se, portanto que, a partir deste período da grande invenção industrial a grande preocupação dos países colonizadores se encontra intrinsecamente atrelado a satisfação das suas necessidades e abastecimento dos seus mercados. No entanto, Ocheni e Nwankwo (2012)

ressaltam a necessidade de compreender que o “colonialismo representa uma dominação direta e global de um país para o outro com base no poder estatal, tendo como objetivos, a dominação política e a exploração do território colonizado, o que pressupõe precipuamente a forma direta do imperialismo” (Ocheni & Nwankwo, 2012, p. 46). O fenômeno multidimensional do colonialismo integra sistemas de regras que legitimam a imposição da vontade de um povo para outro, que conduz inevitavelmente a dominação e dependência da vida social, cultural, econômica e política (Nwanosike & Onyije, 2011). Dentro desta perspectiva, a colonização dos territórios africanos representa muito mais do que a reserva para a Europa Ocidental, pois, constitui-se num espaço estratégico para a demonstração da superioridade da cultura e a forma de organização da vida social. *“Alors que cette relation géopolitique de type colonial fut en quelque sorte culturellement à sens unique, la relation postcoloniale est dans une certaine mesure beaucoup plus réciproque”* (Lacoste, 2006, p. 12). A predominância cultural do colonizador representa um pacto unilateral, por mais que este autor tente docilizar a relação. A literatura tanto colonial, quanto pós-colonial demonstra e comprova a existência deste poder e capacidade de influência que os Estados coloniais tiveram, fato que indica a moldagem dos territórios colonizados para os interesses do país colonizador. Existe pouca relação bidirecional (colonizador/colonizado) na perspectiva africana, especificamente francófona. Estes Estados foram e são mais influenciados nos pontos cruciais (Educação, Economia e Política) pela França, do que acontecer o inverso.

Na concepção de Ocheni e Nwankwo (2012), depois que o comércio dos escravizados e a escravatura cumpriu o papel do fornecimento do capital primitivo para as colônias imperialistas, a busca pelo investimento do capital acumulado e a necessidade de matérias-primas fizeram com que a colonização da África seja possível. Por outro lado, estes ainda fundamentam que a revolução industrial possibilitou a substituição da economia baseada na escravidão anterior para uma forma mais moderada. Para Lacoste (2006) torna-se substancial pressagiar a forma pelo qual grandes populações e Estados foram colonizados e controlados por pequenos grupos de europeus. Para este autor, a colonização foi possível, porque as escolhas geopolíticas dos colonizadores consistiam no estabelecimento de alianças com os notáveis indígenas nas colônias, caso contrário, não seria possível sem ajuda dos nativos. Esta relação de interdependência benéfica subjetiva (individual/coletivo – elite minoritário) se tornou fator crucial para a compreensão do funcionamento do neocolonialismo após as independências dos países do terceiro mundo em geral, e em particular a África (Francófona).

Sob ponto de vista de Nwanosike e Onyije (2011) a economia dos países imperialistas ocidentais ficou saturada devido a revolução industrial, criando a desigualdade e o fraco poder

de consumo das classes trabalhadoras, motivo pelo qual as atenções foram voltadas para outras regiões subexploradas. As nações como Grã-Bretanha, Portugal e França enxergaram na África a oportunidade de mão-de-obra e matérias-primas baratas (Nwanosike e Onyije, 2011). Ante a incerteza do fornecimento de matérias-primas constantes demandou a tomada do controle administrativo dos territórios africanos, desta forma os colonizadores assumiram o controle direto da economia, reorganizando e regularizando o mercado africano de modo a integrar o sistema ocidental, mas sobretudo garantir também que a África transformasse num território consumidor dos produtos manufaturados europeus (Ocheni e Nwankwo, 2012). Esta lógica tem permeado a relação África-Europa por muito tempo, fato que se enraizou intrinsecamente nas sociedades africanas pós-independências, tendo por lado uma elite governativa dependente de tudo quanto podia dos seus senhores colonos. Para Nwanosike e Onyije, (2011), o controle exercido na conquista, exploração e subjugação dos africanos através dos sistemas econômicos e sociais diferentes impostos, permitiu que a Europa desenvolvesse e assegurasse o seu progresso em detrimento do subdesenvolvimento da África. A formação das colônias e reestruturação do sistema do mercado não foram estratégias para impulsionar o desenvolvimento local como base do assentamento imperialista na África, mas como estratégias de criação das estruturas administrativas que possibilitasse eficiência e eficácia no que tange a exploração econômica.

Os modos de vida comunitário das sociedades africanas foram destruídas em detrimento de outro tipo de sistema econômico, baseada nos modos de produções capitalistas. O sistema de escambo predominante nesta sociedade viu-se a sua alteração e a imposição do sistema monetário (dinheiro) para estar em conformidade com as diretrizes e padrões do mercado europeu, de modo a possibilitar consequentemente a inserção do comércio africano dentro do mercado global. Este fato demonstra formas pelas quais a divisão internacional do trabalho foi aplicada ao continente africano como configuração e obrigatoriedade do trabalho forçado para suprir as demandas das indústrias exógenas. Nwanosike e Onyije (2011) sustentam que, o colonialismo teve um impacto político bastante dramático no continente africano, visto que, estes Estados ou impérios perderam suas capacidades estatais, independência e significado. Além do mais estes autores mostram que, no lugar dos antigos Estados e impérios africanos foram criados “Estados marionetes” que não consistem em nada, senão servir os senhores colonizadores. Os danos foram tão graves, ao ponto de Nwanosike e Onyije (2011) resumiram os efeitos negativos do colonialismo.

In summary, the effects of colonialism are,

“a) Loss of political power; b) It blocked the further evolution of national solidarity; c) It distorted craftsmanship and destroyed the growth of technology in Africa; d) It destroyed internal trade; e) It destroyed African culture; f) It introduced new value system; g) The introduction and intensification for cash-crop production; h) It brought poverty into Africa via taxation, paid employment, alienation from the land and environment and discouragement of food-crop production; i) It created social stratification in Africa” (Nwanosike e Onyije, 2011, p. 43-44).

A desapropriação de terras por parte das comunidades africanas para os colonizadores, fez com que a agricultura de subsistência deixasse de existir em larga escala. Concomitantemente, essa perda da posse de terra impulsionou a venda da força do trabalho para os senhores administradores das colônias. Para Ocheni e Nwankwo (2012) não restam dúvidas de que o colonialismo impactou negativamente e provocou o subdesenvolvimento do continente africano. Em termos econômicos, este fenômeno desarticulou e distorceu o padrão do desenvolvimento das sociedades africanas de diversas formas, principalmente com a introdução de divisão internacional do trabalho tendo por objetivos, a produção para a exportação, não para o consumo endógeno, ou seja, a demanda da colônia não era atendida, mas respondia pelas exigências externas (Ocheni e Nwankwo, 2012). Ora, para além das características descritas acima como elementos que permitiram a colonização e o controle do território africano, existe ainda um fator importante que proporcionou e moldou a continuidade da colonização. Trata-se da educação, como ferramenta importante para promoção das mudanças que se deseja, tanto bem quanto o mal. Muitos estudos pós-estruturais e pós-coloniais abordam sobre a educação da África pré-colonial, e como a educação foi utilizada a favor dos discursos e práticas coloniais para manipular a consciência social dos povos colonizados. Nwanosike e Onyije (2011) fundamentam que, com a evolução do modo de produção para o feudalismo no continente africano, resultado da desapropriação de posse de terras por parte dos nativos e consequente aplicação da divisão internacional do trabalho, surgiram novas características no padrão educacional nas colônias. Estas novas formas educacionais substituíram a educação dos indígenas africanos que estavam atrelados aos propósitos da sociedade/comunidades africanas.

Importante destacar que, antes mesmo da aplicação das novas formas educacionais nas colônias africanas, já existiam formas pedagógicas e educacionais formais no contexto endógeno. A existência das universidades antigas, no Mali, Tunísia, reino de Dahomey e entre outras partes do continente ilustram sobre a existência da educação formal na perspectiva africana. “A educação colonial, não tinha nenhuma ligação orgânica e nem estava enraizada na cultura africana. Sendo assim, esta educação visava formar assimilados, ou seja, pressupõe formar uma parcela da população que ajudaria no controle administrativo e na exploração dos

recursos” (Ocheni e Nwankwo, 2012, p.51). De forma semelhante, Nwanosike e Onyije (2011) demonstram que este tipo de educação girava em torno de incutir um sentido de diferença em relação a tudo que consistia no europeu e capitalista. Para a concretização deste facto, a língua e o cálculo eram considerados disciplinas primordiais para alcance dos objetivos. Descartar a educação como elemento fundamental para a perpetuação do projeto colonial seria ingênuo, pois foi através dela que a colonização teve ocupação psíquica após as independências permitindo que a inferioridade do africano tornasse possível perante o novo modo de vida e o mundo criado através da imagem do outro. Também por outro lado, desempenhou um papel crítico e determinante quanto às independências.

As categorias descritas acima como, a introdução da divisão internacional do trabalho, a reorganização e regularização do mercado africano, o trabalho forçado aplicado nas colônias e a educação, permitem traçar um panorama amplo de como o sistema imperial tinha e tem dominado o território africano. No que tange às questões econômicas e políticas, Ocheni e Nwankwo (2012) alegam que, para além do colonialismo ter desarticulado e concentrado a produção do território africano para o exterior, permitiu a integração prematura desta economia dentro do mercado global juntamente com os titãs em termos econômicos.

“It integrated African trade and economy prematurely into the world market and international trade. It is a known fact that before a local economy fully integrates itself into the world economy or trade, it must have developed adequately its internal dynamics and forces of production. The consequences of premature integration is that such economy will be hijacked by the more advanced ones; and the vagaries in international trade will make the country concerned a perpetual debtor. Furthermore, premature integration cannot absorb shock from the international market and will never enjoy trade balance or comparative advantage” (Ocheni e Nwankwo, 2012 p. 52)

As consequências negativas do colonialismo foram implícitas e produziram o subdesenvolvimento singular das nações africanas. Para Taylor (2019), o colonialismo francês inseriu os territórios francófonos no sistema global numa posição dependente em que a extração consistia no modo de produção dominante. Esta relação assimétrica foi mais tarde perpetuada com o acordo do CFA. *Porventura, esperava que esta introdução prematura da economia africana no mercado mundial produzisse algum efeito estrondoso, que não seja contrair as dívidas, miséria e pobreza?* É claro que não, a África foi submetida a um tipo de procedimento bárbaro específico no cenário internacional. Com o tipo de educação aplicada em conformidade com as estratégias administrativas dos colonizadores, criaram a estratificação de classe, e privilégio que possibilitou ascensão de alguns ao topo mesmo antes das independências, assim como depois das independências. O colonialismo impulsionou a institucionalização de classes

em África, composto por burguesia compradora, pequena burguesia, proletariado e camponês. As duas formas burguesas africanas serviam de correias transportadoras (elite marionete) através da qual os países colonizadores continuaram haurir as economias dos países africanos (Ocheni e Nwankwo, 2012). O pós-colonialismo (independências) não assumiu uma postura radical quanto aos problemas do continente africano, dado que não só as infraestruturas colônias ficaram perenes no espaço físico, mas também as ideologias do colonizador. “O objetivo primordial da educação colonial sob domínio francês consiste na criação de categoria dos sujeitos suficientemente imbuídos das preferências ideológicas francesas para as áreas mais essenciais da vida social – évolués” (Grovogui, 2002, p. 45).

De acordo com Nkrumah (1967) os Estados que se encontram nesta situação, reiteram sobre a validade e verdadeira essência do colonialismo velho, o que implica assegurar que, estamos perante a reformulação do velho projeto colonial, o neocolonialismo. Para Haag (2011) o neocolonialismo provém do sistema tradicional colonial, porém muito mais letal, devido às suas diretrizes menos diretos e visíveis que o colonialismo. Nesta perspectiva, não consiste no domínio direto global do território, mas sim dominado pelas ideologias exteriores. A descolonização das estruturas sociais e políticas do continente africano tem sido o maior dilema que esta sociedade enfrenta. “A questão é de poder. Um Estado nas garras do neocolonialismo não é senhor do próprio destino” (Nkrumah, 1967). Para Altbach (1971) o neocolonialismo concebe maior dificuldades no que diz respeito à sua análise e descrição. Seu impacto nos países em desenvolvimento verifica-se principalmente no sistema educativo e político, o que a difere muito do colonialismo tradicional, pois não envolve dominação e controle direto do território, contrariamente a esta premissa, o neocolonialismo moderno consiste particularmente nas políticas planejadas dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, o que representa a continuação das mesmas práticas de dominação anteriores. Este exercício contínuo de influência sobre os países do terceiro mundo, especificamente África francófona, está intrinsecamente atrelado a dependência do modelo, ou sistema do ensino do país colonizador, mesmo após as independências este sistema do ensino foi amplamente expandido através dos currículos (Altbach, 1977). Na concepção de Etogho et al. (2022) este fenômeno constitui um verdadeiro sistema político-econômico, e um sanguessuga dos países do sul global, razão pela qual a projeção dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento criou-se a relação Centro-Periferia. Na perspectiva do Alemazung (2010) o legado colonial constitui a soma total da estrutura política, cultura e educação entregue aos governantes nacionalistas, ou seja, aqueles administradores formados pelas potências colonizadoras, que afetou a África pós-independente negativamente em termos políticos. A hereditariedade desta opressão imposta aos Estados

africanos pelos novos governantes nacionalistas, não se baseou na vontade dos cidadãos, mas na vontade do poder exterior. Ora, por vezes é necessário também afirmar que, esta retórica do legado colonial como fator da opressão da própria sociedade, nem sempre constitui verdade absoluta, por vezes temos que questionar a capacidade dos próprios governantes também. Isto tem sido motivo de desculpas sobre as debilidades econômicas e sociais de muitos Estados africanos, em que a elite política governante preocupa muito mais com seus benefícios do que com a vida da população em geral. Suponhamos uma indagação contrafactual, *se herdaram a colônia que na verdade só preocupava com a vida da população no exterior (estado nacional dos colonos), por que a população nacional das colônias não constitui uma preocupação para os governantes pós-independência? Ou só herdaram o mal?* Não se trata de minimizar, ou menosprezar a relação assimétrica e coercitiva existente entre a França e as suas colônias, mas de enxergar a máquina estatal alfabetizada pós-independência como ferramenta essencial para colocar em pauta a descolonização radical no setor econômico e político. No entanto, ao invés disso se deixaram levar pelo benefício pró-França, ao invés de contra França.

Segundo Nkrumah (1967) os métodos neocolonialistas são sutis e variados, ou seja, as práticas neocolonialistas são metamorfoses dependendo do espaço e tempo, opera dentro da esfera econômica, ideológica, política, cultural e religiosa.



As práticas neocolonialistas nos Estados do G5 Sahel representaram após as independências, o estreito estabelecimento de alianças da metrópole e da elite dominante das antigas colônias, porém os interesses não foram projetados de forma unilateral, aconteceram de forma bidirecional, para além de proporcionar riquezas para a metrópole, a pequena burguesia goza dos privilégios e proteção, enquanto do outro lado, as desvantagens da população colonizada eram evidentes.

“On the basis of this description, neo-colonialism is here defined as: a retro-alimenting system of domination and exploitation installed and preserved by the former colonial ruler in its ex-colony, in which economic, financial and military means serve to keep in power favour able leaders and impose favourable policies which again secure eco nomic and financial benefits” (Haag, 2011, p. 12).

Nkrumah (1967) salienta que, geralmente para ascensão ao poder, as elites governativas dos países colonizados não obtêm autoridade e legitimação por parte do povo, mas sim por parte dos senhores colonizadores. Esta realidade reforça ainda mais o fato da aplicação das formas educacionais ocidentais para favorecer a metrópole. No caso das colônias francesas do G5 Sahel no período da descolonização, a “França entregou o controle desses países às equipes preparadas por muito tempo e definiu esta passagem como independência. Por outro lado, condicionou esta máquina burocrata estatal a assinar acordos bilaterais que possibilitaram amplos benefícios para Paris” (Etogho, 2022, p. 831).

a) The right to permanently station troops in these countries; b) The right to control the economies of these countries. This starts with monetary policy—for which France has maintained its colonial currency, the Colonies Françaises d’Afrique, or CFA franc, which is still used as legal tender to this day, albeit with cleaned up names: the Central African Franc and the West African CFA; c) The right to keep 100 percent of the foreign reserves of these countries in the French treasury; d) The right to determine education policy at all levels; e) Access to no- bid public contracts; f) The right of first refusal for mineral and natural resources exploitation; g) The obligation to intervene militarily in these countries if invited by those nominally in charge of the new countries. In the event that a so- called leader is incapacitated, the resident French ambassador can make such a request (Ethogo, 2011, p. 832 *Apud* Jacmus, 2017)

Esta realidade se assemelha à essência do neocolonialismo previsto pelo Nkrumah, na qual o Estado sujeito a este fenômeno consiste teoricamente independente com todos os aspetos ornamentais da soberania internacional, mas na realidade o poder deste estado, o sistema econômico e político resulta das decisões provenientes do exterior (Nkrumah, 1967). Considerando esta lógica, *seria supérfluo insinuar que os primeiros presidentes do G5 depostos depois das independências foi o resultado da insensível barganha, ou não corresponderam com as expectativas do Paris?* A partir do período da descolonização dos territórios constituintes do G5 Sahel, ou seja, após as suas independências todos estes países tiveram um histórico impressionantemente negativo, visto que todos os presidentes que assumiram a presidência foram depostos pelos militares, seja de forma violenta ou não. Estes acontecimentos de golpes foram repetitivos nestes países, por exemplo Mali, desde a sua independência foram

vivenciados 5 golpes de Estado desencadeada pelos militares. No Níger foram também 5 golpes vivenciados pelo país desde 1960. Na Burkina Faso, foram 8 golpes de Estados experimentado pelo sistema político do país, desde a sua independência quando ainda se chamava de República de Alto Volta. No Chade, foram 2 golpes de Estado, de todos estes países é o que menos apresenta um alto índice de golpes de Estado. Na República Islâmica de Mauritânia, os golpes de Estados vivenciados pelo sistema político foram 4. Consequentemente, todos estes países foram governados pelos regimes militares por um certo período. A partir da análise da literatura historiográfica e política africana percebe-se que, os problemas fronteiriços do Sahel, a pobreza, as instabilidades políticas e econômicas, as violências, o extremismo religioso e entre outros problemas, possuem mão dupla, pois são subjacentes a colonização e a relação da própria elite política doméstica hereditária e externa mantidas com o colonizador por muito tempo. Nkrumah (1967) reforça a ideia de que, nos territórios neocolonialistas, uma vez que a antiga potência colonial concedeu teoricamente a independência e o controle político, se as condições sociais destes territórios provocadas pelo neocolonialismo causarem a revolta, de forma imediata o governo neocolonialista pode ser sacrificado em prol de outro, igualmente subserviente.

“A estratégia do envolvimento francês com a África pós-independência foi arquitetada pelo Presidente francês General De Gaulle e o Jacques Foccart, conselheiro francês para assuntos africanos, sob auxílio do primeiro presidente da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, considerado um fervoroso líder pró-francês, introduzindo deste modo o termo “Françafrique” nas ex-colônias como parte da projeção do poder e que destaca a França como uma potência no contexto da política e da diplomacia global” (Yates, 2018, apud Saka, 2023, p.46). A *Françafrique* enquanto estratégia do De Gaulle, consiste no núcleo do engajamento político da França com as ex-colônias na África Ocidental, Central e Equatorial com o resto do continente. Mais tarde esta estratégia tornou-se no núcleo de promoção de interesses franceses que apoiaram as ditaduras, golpes de Estado, corrupção, silenciamento e eliminação de vários líderes progressistas africanos nas ex-colônias com a convivência da elite política dominante (Saka, 2023).

Para Ocheni e Nwankwo (2012) a França enquanto potência colonial utilizou da política de assimilação e associações, o que possibilitou a integração das colônias dentro do governo francês em Paris. Esta estratégia da integração dos Estados que antes foram divididos em conferência de Berlim, abriu margem para inserção e perpetuação da ferramenta mais neocolonial dentro dos Estados do G5 Sahel (A moeda Franco das colônias francesas na África FCFA) no momento que foram independentes. É nesta lógica que o Nkrumah (1967) realça que,

o sistema econômico e financeiro destes países fora/é ligado, como nos dias coloniais, aos do antigo dominador colonial.

2.1 FRANÇA E O CONTROLE: A INTEGRAÇÃO MONETÁRIA E A IDEOLOGIA CULTURAL

Para Taylor (2019) desde a independência, a presença dominante do Paris tem-se baseado em três eixos: Especialistas franceses nas instituições financeiras e educativas; Presença de bases militares em todas as ex-colônias e conselheiros militares ligados ao exército destes países; Pilar monetário através da “Comunidades Financeiras de África” antigo Franco das colônias francesas da África, composta por três moedas (CEEAC) Comunidade Econômica dos Estados da África Central, (CFA) União Econômica e Monetária Africana Ocidental (UEMOA) e o Franco Comores, representado pelo banco central de Comores. Pela historiografia do processo colonial, seria muita ingenuidade acreditar que a França deixaria de traçar suas estratégias para continuar a dominação, visto que teve muitos desgastes nas suas colônias na África, principalmente com a revolução da Argélia e outras colônias que demandavam a emancipação territorial. Originalmente o franco CFA foi introduzida nas colônias em 1945, para facilitar as exportações francesas e reconstrução da França após o fim da segunda guerra mundial, mas sobretudo protegê-la da desvalorização. A criação do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e o Banco Central dos Estados da África Equatorial e do Camarões (BCEAEC) em 1959, nas vésperas da independência procurou manter as relações políticas e econômicas com todas as colônias (Taylor, 2019). Ora, em 1972, o BCEAEC foi substituído pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC). O fato destes países terem instituições financeiras antes mesmo de serem independentes, já apresenta indícios da armadilha imperialista francesa de controlar não só o território, mas também a economia, pois a Europa se encontrava em grande prejuízo após o fim da segunda Guerra Mundial, e das únicas vias que restava a França para reerguer era implantar a semente da espoliação nas colônias para voltar a atingir o estatuto de potência europeia e o mundo.

Completamente dominado pelos especialistas franceses, estas instituições financeiras asseguraram a responsabilidade da emissão e convertibilidade da moeda a partir de Paris, pelo Tesouro Francês, tornando as economias destes países dependentes exclusivamente da França, razão pela qual houve a desvalorização do CFA para favorecer as exportações francesas nos países africanos em 1994, no qual não foram informados os líderes destes países, porque possuem influência mínima quanto ao poder da tomada de decisão. Por outro lado, aconteceu a

mesma coisa quando a França estava deixando o Franco para integrar a zona euro em 1999 (Taylor, 2019). Segundo Pigeaud e Sylla (2018), na estrutura hierárquica do Sistema CFA, os governos africanos ocupam a última posição. No topo da pirâmide está o governo francês, seguido pelo Banco da França, depois vem os três bancos centrais da Zona Franco, Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), Banco dos Estados da África Central (BEAC), e o Banco Central de Comores (BCC). Isto comprova o fato de que estes países não são senhores dos seus destinos, enquanto estão nas sombras do neocolonialismo. A conta de operações do Tesouro Francês constitui um ganho relativo da França no estabelecimento destas instituições bancárias nos países da África Ocidental em geral.

O “depósito antes de 65% das reservas internacionais na conta de operações do tesouro francês, em 2005, desceu para 50%, no entanto para UEMOA, especificamente no BCEAO. Só em 2007, conseguiu descer para BEAC. Além disso, o mais absurdo consiste na confidencialidade do capital que se investe, pois até mesmo os membros da zona CFA desconhecem deste fato” (Taylor, 2019, p. 7). Segundo Pigeaud e Sylla (2018) quando a França ainda utilizava o franco como sua moeda âncora antes do euro, a taxa de convertibilidade era de 1 Franco CFA para 0,02 francos francesas, ao contrário 1 franco francês valia 50 francos CFA. Após inserção da França na zona euro, que passou a ser a moeda âncora, a taxa de convertibilidade passou a ser 1 euro equivalente a 655,957 francos CFA, e 491,96 francos comorianos.

As teorias do Sul global, principalmente a teoria de dependência, o Sistema Mundo e as teorias Pós-coloniais demonstram porque os países pobres colonizados da África ainda se encontram dentro da guarda-chuva do subdesenvolvimento. O fato de a economia africana ser integrada prematuramente no mercado global juntamente com os países industrializados do Norte global, condiciona estes países a um mergulho profundo nas relações assimétricas, e com as ajudas das instituições financeiras internacionais do Norte possibilitam esta perpetuação desigual. Este fato comprova a verdadeira consolidação da dependência da Zona CFA.

Segundo Taylor (2019), a gerência do Franco CFA da África Ocidental fica sob a responsabilidade do (BCEAO) com 2 representantes franceses numa administração composta por 18 representantes. O Franco CFA da África Central fica sob a responsabilidade do (BEAC) com 3 representantes franceses no conselho da administração num total de 13 representantes. Além disso, a França contém o direito de veto.

“Além da sua presença no Conselho, Paris tem direito de veto na medida em que o Conselho do BEAC só constitui quórum se cada estado participante for representado por pelo menos um administrador (o BCEAO só pode fazer alterações aos seus estatutos se houver uma decisão unânime acordo). Talvez

ainda mais grave, o direito de veto para a França também se estende à nomeação do Governador do BEAC, uma vez que o Artigo 50, Parágrafo 1 dos Artigos do BEAC estabelece que o Governador só pode ser nomeado pela Conferência de Chefes de Estado da CEMAC, sob proposta do Comitê Ministerial da L'Union Monétaire de l'Afrique Centrale (órgão responsável pela política monetária) e após aprovação unânime do Conselho de Administração” (Taylor, 2019, p. 1074).

Pigeaud e Sylla (2018) demonstram que, por mais incrível que possa parecer, a França como membro da Zona Franco não deposita suas reservas no pote comum com os Estados africanos da mesma Zona Franco. Além disso, desde 1993, as moedas da Zona Franco não possuem convertibilidade entre si, criando desta forma a demanda pelo Euro, garantido pela França como moeda intermediária para as trocas entre países da Zona Franco. Por exemplo, um cidadão do Chade não pode utilizar sua moeda franco no território guineense. Ele precisa trocar primeiramente sua moeda para euro, e quando chegar ao território guineense, trocar seu euro para Franco CFA da BCEAO. Como estratégia de evitar o uso do FCFA, Kohnert (2022) assevera que, o projeto da Zona Monetária da África Ocidental (WAMZ) fundada em 2000, tinha estabelecido um projeto para a criação da moeda comum (ECO) para substituir o Franco CFA dentro dos países do bloco regional CEDEAO, mas surpreendentemente em 2019, o presidente Emanuel Macron da França e o Alassane Ouattara Costa do Marfim, declararam que abandonariam o Franco CFA pelo ECO, fato que gerou protestos da Nigéria e desconfiança de que a França teria as mesmas intenções de estabelecer a política exploradora unilateral. Até hoje, não se ouve mais falar sobre o Eco. De longe a zona do Franco CFA, ainda não atinge os seus objetivos na perspectiva da integração regional, pois dentro da UEMOA não ultrapassa os 10% dos fluxos comerciais. Por outro lado, o comércio intrazona da Comunidade Econômica e Monetária da África Central também se encontra no grau menor (Taylor, 2019).

Uma outra forma pela qual o imperialismo francês manifesta nos países do G5 Sahel, é pela cultura e a língua. Doran (2019) destaca que, através das estruturas neocoloniais, o poder do colonizador não foi reduzido, pelo contrário foi reproduzido nas décadas posteriores à independência dos países colonizados. Por isso, os estudos pós-coloniais concentram suas críticas nas ideologias nacionalistas, do que os movimentos nacionalistas, pelo fracasso do nacionalismo em incluir os minoritários étnicos, mulheres, indígenas, subalternos e camponeses dentro da esfera social, ao contrário disto, as relações de classe continuaram assimétricas, em que os líderes dos movimentos nacionalistas continuaram a exploração dos seus concidadãos. Este assunto tem sido, um dos maiores problemas para os países da África em geral, mas especificamente a região do Sahel. O Mali, Níger e Burkina Faso têm enfrentado a rebelião de grupos minoritários nômades que compõem a esfera social desde as suas independências, e

intensificaram ainda mais nos últimos 15 anos com a inserção dos terroristas jihadistas na região. No Chade, houve a segregação étnica de alguns grupos sociais que não foram contaminados pelas questões coloniais, porque resistiram a este processo, assim como no Mali e Níger. Para os que foram assimilados da cultura ocidental nas coloniais, após o fim da dominação colonial, tiveram o privilégio de assumir a máquina estatal, e ao invés de incluir todos dentro da esfera social, apelidaram estes grupos sociais de atrasados. É o caso da população nômade Tuareg do Mali e Níger, mas que vivem também em outros territórios. Para Alemazung (2010) a divisão étnica consiste num dos legados do colonialismo no continente africano, porque a divisão arbitrária das fronteiras dos Estados/regiões não respeitou os antigos costumes indígenas que não tinham demarcação fronteira semelhante aos ocidentais, porém as demarcações posteriores criaram tensões entre grupos sociais e encorajaram o ódio baseado nas diferenças.

A elite dominante dos países do G5 Sahel, moldados pelos valores ocidentais perpetuaram a lógica cultural da França nas ex-colônias. Para Ethogo et al. (2022) não é por acaso que a língua francesa é considerada a quinta língua mais falada no mundo, aquando das independências das colônias francesas da África, a língua francesa tornou-se na língua oficial destes países, e nos 320 milhões de populações que falam francês, 60% são africanos. *“In Sub-Saharan Africa, the French language has been a vehicle of French- enhancing political rule, ideologies, values, culture, and intellectual and literary thought”* (Ethogo et al. 2022, p. 836). Este é o efeito psíquico do colonialismo e neocolonialismo moderno, fazer com que o sujeito se sinta inferior pela universalização da cultura ocidental. Entretanto, com o desenvolvimento e avanços tecnológicos a tendência da perpetuação desta lógica cada vez mais aumenta. *“The French language is perceived as one of the many vestiges of la Françafrique; abandoning it means breaking with French imperialism, reclaiming one’s sovereignty, and moving away from political underdevelopment and bureaucratic inertia”* (Ethogo et al. 2022, p. 837). Para evitar a generalização dos fatos, o pós-colonialismo (teoria) surgiu como um neologismo para capturar e analisar as experiências doloridas das nações cujo potências imperialistas subjugaram. Trazer os eventos silenciados pela colonialidade do poder e procurar alternativas para as mudanças e novas dinâmicas de relações entre colonizador/colonizado corresponde a função dos estudos pós-estruturais e pós-coloniais (Mishra e Hodge, 2005). Nos últimos anos, os estudos pós-coloniais no continente africano de modo geral, e especificamente nas colônias francesas têm crescido amplamente nas análises do projeto colonial e neocolonial dentro da esfera econômica e educacional, razão pela qual surgiram e surgem muitos movimentos que se identificam com viés Pan-Africanista (uma das primeiras ideologias anticoloniais na África) protestando para a

retirada do Franco CFA nas ex-colônias. Porém, não tem sido fácil dismantelar a estrutura que se enraizou profundamente com a ajuda da elite dominante que muitas vezes reprime, prende e busca a todo custo silenciar estas vozes que contestam atuação do padrinho. Sob o pretexto da independência nos países do G5 Sahel, verifica-se somente a ausência do controle direto territorial da França, mas o poder do controle encontra-se inserido quase em todas as esferas. Não há como contrapor a lógica de que, o neocolonialismo francês ainda continua sendo uma condição necessária para o subdesenvolvimento e a fertilização dos problemas sociais nestes países, por meio da influência política, ideológica e cultural. A característica predatória do domínio francês e as formas pelas quais as independências foram alcançadas pelos movimentos nacionalistas de libertação constituem parte da continuidade do subdesenvolvimento político e econômico.

2.2 NEOINTERVENCIONISMO MILITAR COMO UM COMPONENTE NEOCOLONIAL NOS PAÍSES DO G5 SAHEL

O fim da segunda Guerra Mundial, e posteriormente a Guerra Fria trouxe desafios de reconstrução para a Europa e o sistema internacional por um lado, por outro lado, as pressões pela concessão das independências promovidas pelos movimentos nacionalistas principalmente em Argélia estavam em voga. A concessão das independências aos países africanos ocasionou uma nova margem de manobra para a continuidade da política imperialista francesa na África francófona. As relações políticas, militares, econômicas e diplomáticas foram mantidas entre a elite política francesa e a outra elite remanescente na África, desde os anos 1960 com as pequenas mudanças (Saka, 2023). A introdução do Franco francês nas colônias como estratégia de sobrevalorização monetária e construção de sua potência à nível global, foi traduzida num mecanismo de controle neocolonial dentro das ex-colônias, razão pelo qual Mauritânia e Guiné Conackry buscaram desde cedo livrar desta dependência monetária optando pelas suas autonomias. O sistema mundo, a teoria da dependência e a teoria marxista são teorias que possibilitam a demonstração desigual proporcionada pelo capitalismo e a dependência destes Estados periféricos dentro do cenário internacional, por isso Nkrumah (1967) salienta que, a luta contra o neocolonialismo objetiva impedir que a força das nações desenvolvidas seja utilizada de forma desproporcional ao ponto de continuar empobrecer os menos desenvolvidos, mas não exclusão do capital do mundo desenvolvido das operações nas nações menos desenvolvidas.

Do ponto de vista das premissas da teoria realista, a política internacional é constituída por uma busca incessante do poder (Morgenthau, 2003). A partir desta perspectiva buscaremos analisar as intervenções desencadeadas pelas forças francesas na região. Morgenthau (2003) elenca três padrões de política dentro do cenário internacional, classificadas como política de *status quo*, política de prestígio e política de imperialismo.

No entanto, debruçaremos sobre a manifestação da primeira e da última. Segundo Morgenthau (2003), nem toda política externa voltada no aumento do poder pode constituir necessariamente uma política imperialista, mas quando ela visa demolir o *status quo*. Este último entendido como aquele que visa conservar o poder do que realmente o modificar. No entanto, a política imperialista seria definida como aquela que visa adquirir e expandir o poder mais do que já tido, priorizando as mudanças nas relações existentes e derrubando o *status quo* (conservação). No Chade, por mais que a França tenha certo domínio a nível ideológico e político, o poder não constitui um fim para a hegemonia francesa, mas sim um meio para a obtenção dos recursos naturais estratégicos. E isto se mostrou claramente com a obsolescência das instituições democráticas e de segurança em 2006. Quando os rebeldes queriam assaltar o poder por meio de coalizões formadas para destituir o Idriss Deby, a França interveio a favor do Deby para a sua manutenção e continuidade no poder, porque em 2006, foram feitas as recentes descobertas das fontes e riquezas petrolíferas do Chade, e a França não descartou a possibilidade de reafirmar como o cinturão protetor do governo chadiano (Handy, 2008).

Machado (2017), aponta que, com interesses traçados em termos de poder pela França sob autoridade de Nicolas Sarkozy em 2011, após a intervenção militar na Líbia, estes interesses tiveram suas continuidades posteriormente sob liderança de François Hollande que encaminhou as tropas para o Mali para proteger os interesses franceses sob uma forma de política externa atuante. Como já frisado acima, a política internacional é uma corrida constante pelo poder e pelos interesses que importam a causa nacional das nações que estão na maratona. Perante a imaturidade e debilidade do governo maliano, com altos índices de corrupção e nepotismo associado as estruturas políticas, segundo Silva et al. (2022), antes do pedido do presidente interino Diacounda Traoré para a intervenção externa, o Conselho de Segurança das Nações Unidas havia autorizado uma missão de apoio ao Mali em dezembro de 2012, contudo já era de se esperar que seria a França o principal pivô da intervenção, pois já tinha instalado no país uma direção geral de segurança externa (DGSE). Machado (2017), faz a conotação deste apelo ao passado colonial do Mali e do Níger, assim como o Chade, considerando que este poder de influência continua sendo exercida de forma mental, militar, cultural e econômico, facto pelo qual a colonização ocorre não pelo emprego da força contra o povo, mas na defesa do povo

contra os terceiros, ou seja, dentro desta conjuntura o Mali, Níger, Chade e outros países do G5 Sahel, assumem a característica do protetorado francês, assim como foi na era colônia.

Foram as ameaças jihadistas para o sul do Mali que fizeram com que as faces do imperialismo francês na região do Sahel, em específico no G5 fosse notado na contemporaneidade com mais nitidez, porque estava em jogo os interesses geopolíticos e as importantes fontes energéticas francesas, mas sobretudo conter a proliferação e frear o atravessamento no mediterrâneo (Silva et al. 2022). Estes e mais outros foram motivos pelo qual a Operação Serval foi lançada em 2013, por meio da resolução 2085 do Conselho da Segurança das Nações Unidas. A Operação Serval demonstra a capacidade de expansão do imperialismo francês, não de uma ajuda humanitária como ideologicamente foi noticiado, porque não forneceu alimentos e nem remédios para as populações que se encontravam em situações precárias, ao contrário disso utilizou suas mais modernas aeronaves de ataque contra os alvos em solo maliano. Por outras lentes, a operação Serval busca neutralizar as ameaças, mas sobretudo possibilitar a ininterrupta exploração do Urânio no Mali e no Níger, visto que constitui uma questão vital para a segurança e defesa da França, e para tal a proteção total a empresa extrativista **AREVA** representa uma questão de vida ou morte para os militares franceses, pois não possuem Urânio no seu território e conseguem importar em formas de pastilhas do Mali e do Níger de forma segura através desta empresa (Machado, 2017). Portanto, a guerra contra o terrorismo constitui uma faca de dois gumes, enquanto por um lado faz corte nos terroristas como alega, no outro lado cortava os recursos energéticos para a sobrevivência da sua vida militar. Enquanto finalizava a operação Serval, a operação Barkhane sucedia esta em agosto de 2014, que terminou em 2022 por causa da intensificação dos problemas de origem político e securitário. Roberto (2015), classifica a Operação Barkhane, como uma continuidade da política francesa para a África, garantindo a influência de Paris via presença militar e mantendo laços neocoloniais com os governos dos Estados do G5 com a retórica da ajuda no combate antiterrorista e uma presença de longo prazo no Sahel com objetivo ambíguo. Para Sobrinho (2022) o objetivo de erradicar o terrorismo que a operação Barkhane preconizava, longe disso empurrou os mesmos para as outras regiões, o que aumentou a alerta vermelha para todos os Estados do G5 Sahel.

As intervenções militares desencadeadas pela França na África desde as independências foram inúmeras, todas continham objetivos específicos disfarçados em restabelecer a segurança e a ordem, sendo que a implementação das divisões geoestratégicas foi uma política francesa aplicada nos Estados do G5 Sahel para controlar os territórios, em que alguns se mostravam resistentes quanto a imposição dos costumes ocidentais. Aos que foram impostos os costumes

ocidentais e que tiveram a oportunidade de se tornar elite pós-independências não minimizaram esta problemática, motivo pelo qual as rebeliões Tuaregs (1963/1995/2007) e no Chade em 2006, foram sempre constatadas na região do Sahel, pois politicamente e territorialmente são marginalizados pelos assimilados da ideologia francesa. Anteriormente as intervenções francesas partiam da iniciativa unilateral, porém na contemporaneidade para evitar a retórica ou rótulo de potência neocolonial nos Estados da África francófona, e em específico na região de Sahel, o neointervencionismo francês assume a abordagem multilateral com o aval das organizações internacionais, como aconteceu com a operação Serval e Barkhane sancionada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (Saka, 2023). O neo-intervencionismo francês consiste na recuperação dos espaços de influência político-econômica que gradualmente tem perdido desde o fim da Guerra Fria. E esta atividade não tem sido fundamental para o apaziguamento dos conflitos intraestatais nos Estados do G5 Sahel, pelo contrário impede a solução da resolução dos conflitos e projeta prioritariamente os interesses da França na região (Silva et al. 2011). Como frisa Nkrumah (1967) as estratégias neocolonialistas são intangíveis e letais, a sua descrição e análise precisa ser rígida para sua compreensão e não as confundir com ajuda humanitária, pois a lógica da relação França e suas ex-colônias ainda estão pautadas nos recursos energéticos e econômicos. As organizações regionais não conseguem responder as demandas das unidades que as compõem, por causa das interferências políticas provenientes do exterior, ou seja, para Silva et al. (2011) o neo-intervencionismo francês rompe geralmente com a autonomia das organizações regionais africanas ganhando mais visibilidade como garantia de manutenção.

O protagonismo assumido pela França na tentativa de restabelecer a ordem democrática na África Ocidental, e em específico nos países do G5 Sahel não pode contrapor a lógica da narrativa neocolonial, uma coisa não tem a ver com a outra. Só porque ajudou em travar a insurgência jihadista que aproveitou da imaturidade dos governos de resolverem os problemas internos, não significa que não teve aproveitamento nenhum que permitisse saquear estes territórios. Além do mais, a neutralização das ameaças jihadistas, não significa a erradicação total do jihadismo, muito pelo contrário vazaram adubos problemáticos na região. Aliás, mesmo com a presença dos franceses, ou sem a presença dos franceses a situação da instabilidade persistiu. O que nos faz acreditar na existência da falta de vontade de utilização do poder estatal para a construção de um bom clima de paz na região, posto que o nível da insatisfação dos povos, e outros grupos sociais não demanda exclusivamente a utilização do aparato militar. No início, o problema consistia em grupos sociais divididos estrategicamente pela colonização francesa e perpetuada pelos líderes posteriores a independência, agora agudizou com os

jihadistas querendo implantar a desordem no formato transnacional. Os recursos energéticos constituíam um álibi para que houvesse as duas intervenções militares da França no Mali e no Níger sob o pretexto da ajuda/intervenção humanitária.

Estas intervenções desencadeadas estão muito longe de ser uma ajuda propriamente humanitária, ou seja, no sentido literal da palavra, aquilo foi o saque costumeiro dos recursos naturais dos países do G5 Sahel, só que desta vez numa perspectiva muito mais legalizada e legitimada pela maior instituição da política internacional (ONU). Se há tentativa de desmentir que neointervencionismo não consiste numa perspectiva neocolonial de cunho exploratório envolvendo o protetorado e o império, mas uma ajuda humanitária, seria razoável afirmar que o projeto colonial também era caracterizado como missão civilizatória dos povos ditos não civilizados, e observa como tudo acabou por acontecer com exploração brutal e o genocídio patrocinado Congo, Ruanda e em outros países em nome do Evangelho. Não podemos romantizar as ações francesas dentro da África, pois tudo tem o seu propósito, ou uma finalidade. Por outras palavras, seria incoerente criticar o colonialismo e deixar de tecer duras críticas ao propósito obscuro do neointervencionismo militar.

3 - CONCLUSÃO

Neste artigo procurou-se através de uma análise sócio-histórica compreender a operacionalidade do imperialismo francês dentro dos Estados do “Grupo dos 5 – G5 Sahel” desde a era colonial e pós-colonial. A relação França-África como um todo foi marcado pela desestruturação das organizações sociais, políticas e econômicas através do colonialismo e a imposição de novos modelos de organizações que demandavam o processo da readaptação para enquadramento dentro do modelo social padronizado sob vieses ocidentais. A integração prematura das ex-colônias francesas no mercado global pela França e consequentemente a aplicação da divisão internacional do trabalho possibilitou e reorientou a obrigatoriedade do trabalho forçado para o suprimento das necessidades das indústrias exógenas. A moeda Franco CFA ainda constitui o maior mecanismo da manutenção do *status quo* imperialista da França na África, e foi através dela que os Estados periféricos do G5 Sahel continuam sendo sugados pelo imperialismo francês.

Em muitos projetos da integração regional, a França sempre esteve inserida nos espaços das tomadas de decisões fundamentais no que concerne ao destino destes países, a UEMOA, CEMAC (Comunidade Económica Monetária da África Central), CEDEAO e entre outras organizações são provas da continuidade do imperialismo francês na África.

É a partir destas circunstâncias da política internacional que se questiona a legitimidade e imparcialidade do direito internacional quanto aos Estados periféricos que não possuem efeitos na reestruturação do sistema internacional. A soberania dos Estados em desenvolvimento, e em específico países da África têm sido violada desde muito tempo, mesmo tendo a Organização das Nações Unidas como uma organização fundamental das relações internacionais que presa e pauta pelo respeito da soberania dos Estados. O próprio direito internacional está circunscrito da colonialidade, e este fato pode ser comprovado a partir da intervenção da força militar francesa no Chade em 2006, e na resolução 2085/2012 do conselho de Segurança das Nações Unidas que instituiu a intervenção das forças francesas na região do Sahel, e em específico nos países do G5 Sahel. A partir do momento que a autorização da intervenção militar foi concedida pela ONU, demonstra a negligência da maior instituição da política internacional quanto aos efeitos estruturais do colonialismo francês nestes países. Que tipo de ajuda humanitária foi a intervenção militar? Erradicou os problemas da instabilidade na região? Diminuiu a proliferação de grupos armados? Estas perguntas possuem a mesma resposta, não. Estes problemas que se encontram dentro dos Estados do G5 Sahel são de cunho estruturalista e estratificada, implementada desde a colonização territorial. Portanto, sua resolução não pressupõe exclusivamente um aparato militar, mas vai muito além disto.

A conjuntura atual dos Estados do G5 Sahel, mudou radicalmente com os golpes de Estados no Mali, Níger e Burkina Faso, e consequentemente abandonaram quase todas as organizações na qual acreditam existir interferência francesa e que desvia o foco dos objetivos. Não constitui surpresa ver que os líderes dos golpes tomaram uma decisão radical em expulsar as tropas francesas que ainda em 2022 estavam no Mali. Todos eles são militares, e provavelmente todos sabem o que aconteceu com a intervenção francesa, se tivesse resultados satisfatórios, aqueles franceses estariam na região. Atualmente, cresce uma aversão multidimensional da política francesa na região do Sahel, que talvez possa transformar em novos ventos da estabilidade e da autonomia decisória das ex-colônias francesas.

REFERÊNCIAS

ALEMAZUNG, Joy Asongazoh. Post-Colonial Colonialism: An Analysis of International Factors and Actors Marring African Socio-Economic and Political Development. *The Journal of Pan African Studies*, vol.3, nº 10, p. 62-84, 2010.

ALTBACH, Philip G. Education and Neocolonialism. *Teachers College Record*, vol. 72, nº 4, p.1-10, 1971. Disponível

em:<<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/016146817107200404>> Acesso em: 05 de agosto de 2024.

ALTBACH, Philip G. Servitude of Mind? Education, Dependency and Neocolonialism. *Teachers College Record*, vol. 79, n° 2, p. 1-11, 1977. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/016146817707900201>> Acesso em: 05 de agosto de 2024.

ASSIS, Caroline Chagas de; RIBEIRO, Renata Albuquerque; GARCIA, Ana Saggiaro. Integração Regional Africana: Panorama, Avanços e Desafios. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 32, p. 136-183, 2022.

BOCATO, Débora Cristina Curto da Costa; KIOURANIS, Neide Maria Michelan. A epistemologia de Larry Laudan e suas implicações para o ensino de ciências. *Enieduc - V Encontro Interdisciplinar de Educação*. Paraná, 2013.

DOMINGOS, Luís Tomás. A visão africana em relação à Natureza. *In: Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR) v. III, n.9, jan./2011. ISSN 1983-2859. Disponível em:<<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>> Acesso em: 07 de maio de 2024

DORAN, Christine. Postcolonialism, Anticolonialism, Nationalism and History. **International Studies**, Vol.56, n° 2, p. 92-108, 2019.

ETHOGO et al. French neocolonialism in Africa: Historical overview and Summary of current events. **American journal of economics and sociology**, vol.81, n° 5, p.829-849, 2022.

GONÇALVES, Vinícius Guimarães Reis. Estudos africanos e relações internacionais: paradigmas e dinâmicas do território africano. **Revista Neiba Cadernos Argentina Brasil**, Vol.VII, p.1-15, julho 2018.

GROVOGUI, Siba N. Postcolonial criticism: International reality and modes of inquiry. In: CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila. **Power, postcolonialism and international relations**. 2002.

HAAG, Diana. Mechanism of Neo-colonialism: current French and British influence in Cameroon and Ghana. **Institut Catalá International per la Paz**, 2011. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2033138> Acesso em: 05 de agosto de 2024.

HANDY, Paul Simon. **Chad: Democratisation Challenges and Limits of International Intervention**. *Real Instituto Elcano*, 2008.

KOHNERT, Dirk. French domination of markets in Francophone Africa: Post-colonialism as its finest. 2019. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4037625> Acesso em: 05 de agosto de 2024.

LACOSTE, Yves. La question postcoloniale. *Heródote*, vol.1, n° 120, p. 5-27, 2006. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-herodote-2006-1-page-5.htm&wt.src=pdf>> Acesso em: 05 de agosto de 2024.

LAUDAN, Larry. *Progress and Its Problems: Toward a Theory of Scientific Growth*. Los Angeles: University of California Press, 1977.

MACHADO, Marcelo de Souza. Os interesses da França no Mali: uma visão realista da política externa francesa. (Monografia) - Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2017.

MEDEIROS, Denise et al. Uma análise a partir da epistemologia de Larry Laudan dos modelos atômicos. *Cadernos CIMEAC*, v.10, n.2, p. 209-226, 2020.

MBOKOLO, Elekia. **África Negra: História e Civilizações**. Tomo I. (até o século XVIII). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009. Capítulo III: *A Emergência das civilizações Africanas*. pp: 64-86.

MISHRA, Vijay; HODGE, Bob. What was postcolonialism?. **New literary History**, vol.36, nº3, p. 375-402, 2005.

MORGENTHAU, Hans Joachin. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. 6. ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: O Último Estágio do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NWANOSIKE, Oba F.; ONYIJE, Liverpool Ebo. Colonialism and Education. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, vol.2, nº 4, p. 41-47, 2011.

OCHENI, Stephen; NWANKWO, Basil. Analysis of colonialism and its impact in Africa. **Cross-Cultural Comunication**, vol. 8, nº 3, p.46-54, 2012.

PIGEAUD, Fanny; SYLLA, Ndongo Samba. *L'arme invisible de la Françafrique: Une histoire du franc CFA*. Paris: La Découverte, 2018.

ROBERTO, Willian Moraes. A política externa de Mali, Níger e Chade à nova presença francesa no Norte da África e o cenário da instabilidade regional. **Centro Brasileiro de Estudos Africanos**. UFRGS, 2015.

SAKA, Luqman. Françafrique: Relações Franco-Africanas e engajamento militar na África pós-colonial. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v.8, n.16, p. 40-67, 2023.

SILVA, Igor Castellano da et al. A crise da Costa do Marfim: A desconstrução do Projeto Nacional e o Neo-intervencionismo francês. **Revista Conjuntura Austral**, vol.2, nº6, p. 4-32, 2011.

SILVA, Josias Marcos de Resende et. al. A intervenção francesa no Mali: estudo de caso sobre a operação Serval. **Revista de relaciones internacionales, estrategia y seguridad**, vol.17, nº 2, p.115-172, 2022.

SOBRINHO, Hélio Viana Santos. Operação Barkhane: Operação de estabilização do Sahel. **Observatório Militar da praia Vermelha**. ECEME: Rio de Janeiro, 2022.

STUCHTEY, Benedikt. Colonialism and imperialism, 1450-1950. In: **Europe History Online**, 2011. Disponível em: <<https://www.ieg-ego.eu/en/threads/backgrounds/colonialism-and-imperialism/benedikt-stuchtey-colonialism-and-imperialism-1450-1950>> Acesso em: 05 de agosto de 2024;

TAYLOR, Ian. France à fric: The CFA zone in Africa and neocolonialism. **Third World Quarterly**, vol.40, nº 6, p. 1064-1088, 2019.